

# O Príncipe Maldito e a historiografia brasileira

**Bruno de Cerqueira**

*Graduado em História pela PUC-Rio e pós-graduando em Relações Internacionais pela Univ. Cândido Mendes, bruno@imperialereal.com.*

## PRIORE, MARY LUCY MURRAY DEL. O PRÍNCIPE MALDITO: TRAIÇÃO E LOUCURA NA FAMÍLIA IMPERIAL. RIO DE JANEIRO: OBJETIVA, 2007.

Convidado pela colega de bancos universitários Catarina d’Amaral a revisar *O Príncipe Maldito*, de Mary Del Priore, fiquei meio receoso com a proposta, em virtude do fato de ter sido ele, o livro, resultado da incursão na história da família imperial brasileira que Mary fez ao ser minha professora de Tutoria na PUC-Rio, no penúltimo semestre da faculdade — justamente na orientação aos alunos para seus temas de monografia. Pensei que poderia não fazer a análise de forma objetiva sobre a obra, mas depois vi que é o contrário! Talvez, quanto maior nossa subjetividade nos textos, mais ricos se tornem e mais assimiláveis e inteligíveis eles sejam aos leitores...

Lendo meus textos sobre D. Isabel (“Princesa Isabel”), Mary descobriu o verdadeiro novelo que poderia explicar o fim da Monarquia brasileira através da análise das intrigas palacianas e das conspirações (militares, civis, eclesiásticas etc.). Pensou, primeiramente, em biografar D. Isabel; nós, os isabelófilos, apontamos não haver biografia portentosa sobre a chamada “Redentora”. Até hoje nunca se lhe dedicaram pesquisas de monta suficiente a produzir uma clássica obra em dois ou três volumes. Conforme resalto nos textos introdutórios de lançamento do Instituto D. Isabel I e nos demais constantes do livro que organizei em 2006, D. Isabel continua a ser, em paradoxo gritante, a mulher mais famosa e uma das mais desconhecidas da história do Brasil.

Contudo, Mary Del Priore não criou identificação com a *persona* de D. Isabel — assim vejo. Foi no sobrinho da Princesa Imperial e herdeiro da tia durante os anos 1866-1875 que Mary encontrou seu riquíssimo personagem histórico a dramatizar: D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-e-Bragança<sup>1</sup> (\*1866 †1934).

<sup>1</sup> Em prova incontestada de que o livro não tem pretensões teóricas, o nome e os títulos do príncipe não são analisados. O nome (sobrenome) de D. Pedro Augusto é dito, repetidas vezes, “de Saxe e Coburgo”, o que não é correto, pois os membros da Casa Ducal de Saxe-Coburgo-Gotha usavam a expressão “von Sachsen-Coburg-und-Gotha” e não “von Sachsen und Coburg”.

Este príncipe do Brasil (e de Saxe-Coburgo-Gotha) ficou na memória dos monarquistas brasileiros — grupo heterogêneo em que se incluíam centenas de descendentes da nobreza titular, membros da aristocracia rural não-ade-sista e, evidentemente, os populares devotados a D. Pedro II e sua filha — das décadas que se sucederam ao golpe militar de 1889 como o “louco neto do Imperador”. Foi necessário que nos anos 1940, 1950 e 1960 voltassem ao Brasil os sobrinhos e sobrinhos-netos dele para que sua figura voltasse a brilhar.

Com efeito, D. Carlos Tasso-de-Saxe-Coburgo-e-Bragança<sup>2</sup> revivesceu nas famílias monarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo se não a veneração, ao menos o respeito, pela pessoa de D. Pedro Augusto. Em uma medalha que ele mandou cunhar em 1966 (centenário de nascimento), lê-se “Príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança” no verso e “Patriota – Engenheiro – Mineralogo(?) Mineralogista ? – Numismata” no anverso, que traz as armas do Império com o escudete da Saxônia ao centro.

2 D. Carlos Eduardo Amadeu Augusto Leopoldo Antonio José Maria Tasso-de-Saxe-Coburgo-e-Bragança nasceu em Gmunden (Áustria), em 16 de julho de 1931, como filho primogênito do casal D. Lamoral, Barão titular Tasso de Bordogna e Valnigra (\*1900 †1966) e D. Teresa Cristina Maria, Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha (\*1902 †1992). A princesa era filha de D. Augusto Leopoldo (\*1867 †1922), o segundo filho de D. Leopoldina Thereza do Brasil (\*1847 †1871).

D. Carlos Tasso é membro do IHGB e nos anos que residiu no Brasil dedicou-se a pesquisar os feitos de seu avô, D. Augusto Leopoldo (irmão de D. Pedro Augusto), enquanto jovem tenente da Marinha Imperial brasileira. Além disso, D. Carlos Tasso renovou afinidades e afeições daqueles nobres brasileiros que tiveram ligação com o ramo *Saxe-Coburgo-e-Bragança*, ainda que em posição de sumo acato ao Chefe da Casa Imperial (imperador *de jure*): D. Pedro Henrique de Orleans-e-Bragança (\*1909 †1981), neto e sucessor de D. Isabel.

Com isso está dito também que obviamente não havia bibliografia alguma na qual Mary Del Priore poderia se basear para descrever os lauréis e os desditos do belo príncipe louro que devaneou reinar no Brasil como D. Pedro III. No início das pesquisas no Museu Imperial de Petrópolis e no IHGB, me lembro bem de termos comentado como seria a estrutura do livro e de Mary me dizer que não poderia ser um trabalho historiográfico acadêmico, pois que a ausência de dados era mais sentida do que a presença. Foi assim que ela desenvolveu um texto maravilhoso, esculturalmente neolatino, no qual as expressões francesas pululam — Mary as adora... —, balanceadas com as que também tinham bastante voga no Oitocentos: anglicismos e germanismos. Enfim, texto delicioso, pleno de verve. Texto também capcioso, em várias passagens, o que o enriquece.

Enfim, nas correspondências que trocávamos por e-mail, foi ficando claro para mim que não estaria nascendo uma biografia histórica sobre D. Pedro

Augusto de Saxe-Coburgo-e-Bragança. Tanto que comentei com Antonio Apri-  
gio Pereira, bibliófilo de Sumé (PB), ultra-dedicado à família imperial brasi-  
leira, que auxiliou enormemente a professora com textos e documentos, a  
certa altura, que o livro de Mary seria uma *biografia romanceada com elementos  
históricos*. E é exatamente isso que ele constitui, em minha opinião. Eduardo  
Bueno fez uma excelente orelha para o livro, descrevendo em texto jorna-  
lístico claro que o livro de Mary é um romance de não-ficção que aproxima  
a história do Brasil dos leitores, fomentando, assim, nos “leigos” o interesse  
vivaz pelas nossas lacunas historiográficas.

Ademais, na proposta cada vez mais presente nos escritos e nas falas de  
Mary Del Priore acerca da forma de como os historiadores devam transmitir  
seu conhecimento ao público — seja o de adolescentes e jovens dos bancos  
escolares, seja o de adultos nas livrarias —, nós somos chamados a rever  
posicionamentos e posturas, a fim de que a História seja algo vibrante e não  
amorfo.

Todavia, sabemos que a academia reage com antipatia em relação a essas  
iniciativas. Em geral, os professores doutores de História fazem pouco, ou  
nenhum, caso de obras que levem aos leitores, os mais distantes, conhe-  
cimento não-acadêmico — aqui leia-se não convencional ou assente pela  
academia, pois ninguém poderá dizer, por exemplo, que Mary Del Priore,  
doutora em História pela USP, não seja “acadêmica”... Nada de mais ridículo  
e contraproducente para um público nacional do que essa tibieza dos profes-  
sionais das Ciências Sociais.

O academicismo é uma praga e deve ser combatido. Penso que em um país  
como o nosso, em que a expressão *república das letras* soa mais falsa do que  
uma nota de R\$ 15, por sabermos que a concreta situação nacional é a de  
*oligopólio das letras*, a postura do historiador frente à sociedade e à busca  
incessante da ampliação da cidadania deva ser algo cotidiano. Nesse sentido,  
dar “à luz” atores e processos históricos, ainda que de forma romanesca, é  
absolutamente válido.

Eis o que *O Príncipe Maldito*, cujo subtítulo (*Traição e loucura na família imperial*)  
não nega sua inspiração no *marketing*, proporciona aos brasileiros: o conhe-  
cimento sobre um período crucial de nossa história tão negligenciado que  
eu ousaria dizer que é desconhecido quase que por completo da maioria dos  
graduados e pós-graduados em História nas universidades do país.

A transição da Monarquia brasileira para a República e todas as décadas da  
República Velha são ilustres desconhecidas da maioria dos professores de  
História brasileiros. Do estudo do escravismo no XIX para o do trabalhismo

no XX, pensa-se a História ainda de forma algo marxista e sem os requintes gramscianos, acreditando-se que os elementos políticos e as diversas facetas da micro-história não produzam conhecimento. O resultado é a ressaca do mar: professores doutores discutindo conhecimento — epistemologias — e seus alunos produzindo desconhecimento...

Sob esse ponto de vista, palmas para Mary Del Priore! Como historiador da realeza brasileira, me empolguei muito com a iniciativa dela e tudo fiz, dentro das minhas possibilidades, para que sua pesquisa produzisse uma boa obra.

Mary conhece minhas críticas. Elas dizem respeito, evidentemente, aos lapsos cronológicos, genealógicos e dinásticos que o livro traz.

À página 21 temos o duque reinante de Saxe-Coburgo-Gotha, Ernst II (\*1818 †1893), sendo “pai” de *Gusty*, apelido de Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha, pai do biografado. Na verdade, o pai de *Gusty* é o príncipe August Ludwig Viktor de Saxe-Coburgo-Gotha, primo-irmão do soberano. Daí em diante, Mary faz uma “confusão dos diabos” com esses parentescos, ao longo de todo o livro. Também as titulações são descuradas e a quantidade de erros é bem acentuada. À p. 40, ela chega a chamar Franz Josef I (\*1830 †1916) — ou *Francisco José*, como é conhecido lusofonamente —, de “Francisco I”, que foi o avô de D. Pedro II do Brasil e do próprio Franz Josef... ,

Na p. 167, traduz-se errado a expressão latina *virī reginarum* (maridos de rainhas), por “varões régios”. Na 181, ao citar as tentativas ou sucessos de regicídios europeus no fim do XIX, a autora diz que Napoleón III sofreu um atentado em 1851, resultando em oito mortos e 150 feridos. Só que em 1851, o Presidente da República Francesa Louis-Napoléon Bonaparte nem era Napoleón III... Esse atentado contra ele e a Imperatriz Eugénie existiu sim, mas foi em janeiro de 1858, pelas mãos do terrorista italiano Felice Orsini, condenado à morte dois meses depois.

Na p. 280, ao descrever os funerais de D. Pedro II, Mary diz que “o Presidente Sadi Carnot resolveu lhe dar honras de chefe de estado”, o que não procede, pois sabemos que as honras fúnebres de D. Pedro II foram chamadas de “imperiais”, mas justamente não tiveram a designação oficial de “honras de chefe de estado” para não causar melindres entre a quase-única república europeia de então — as outras duas eram a confederada Suíça e a aristocrática San Marino — e a recém-nascida positivista república latino-americana dos Estados Unidos do Brasil... Na mesma página, ela chega a citar nas exéquias uma “rainha Maria Bárbara” das Duas Sicílias, que jamais existiu...

Essas e todas as outras impropriedades no livro são os seus *pêchés mignons*. Mas nada que tire o vigor e a “carnicidade” da obra, por assim dizer. Nada mais freyreano. Mary Del Priore, em *O Príncipe Maldito*, nos revela, como bem prefigura Eduardo Bueno na já citada orelha do livro, uma narrativa onde os personagens estão vivos, vivíssimos; dispensando algumas descrições escatológicas que ele fez questão de inserir — no sentido biológico e não no teológico —, convirjo no perfil da história: “viva, volátil, vibrante. A nossa história”.

Sobretudo nos três últimos capítulos de sua novela, que tem um quê de *psycho-history* — gênero ao qual estariam mais bem familiarizados os anglófonos e francófonos do que nós, creio eu —, a autora revela, de forma emocionante, o que Francisco José de Oliveira Vianna chamou de *Ocaso do Império* (Oliveira Viana, 1925). Em *O mais curto dos dias*, *Início do fim* e *O triste crepúsculo*, Mary Del Priore dá ao leitor brasileiro uma visão dos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro de 1889 que certamente ele jamais tivera.

Os livros didáticos e para-didáticos de História no Brasil sendo de qualidade sofrível, o que o brasileiro comum conhece sobre o processo fulcral de passagem da Monarquia para a República é quase nada. *O Príncipe Maldito*, sob este aspecto, sana muitas dúvidas e, certamente, suscita outras; o que é excelente.

Se utilizássemos um viés histórico-teológico-literário para conceituar os três capítulos finais do livro de Mary Del Priore, poderíamos dizer que eles a redimem de todos os *pêchés mignons* já apontados. Isto porque ao descortinar aos brasileiros o que significou o advento da República entre nós, através de um golpe de estado militarista, chauvinista, oligárquico e até racista, Mary nos dá conta de que o “pecado original” de Novembro de 1889 provoca males talvez irremediáveis naquilo que o Prof. José Murilo de Carvalho aponta brilhantemente como sendo o “difícil percurso da cidadania no Brasil” (Carvalho, 2001).

Voltando à análise central que nos cabe, resta dizer que *O Príncipe Maldito* pode, sim, provocar confusões naqueles interessados em história, mas alheios às discussões historiográficas, que “descobrirão” uma D. Isabel megera, um Conde d’Eu argentário, uma D. Teresa Cristina antipática e por aí vai. Conforme já apontei acima, Mary não se preocupou em traçar perfis coesos, digamos assim.

Não houve normatização das citações sobre D. Pedro Augusto e seus familiares e, além disso, Mary inventou expressões como os “d’Eu” para designar os familiares de D. Isabel (Condessa d’Eu pelo casamento). Essas expressões errôneas, as alevisias exageradas entre tia e sobrinho são interessantes, mas nos diálogos que Mary concebe ao longo do livro não parece haver nenhum entre os dois personagens antagonizados — e as simplificações sobre o III

Reinado no Brasil, que seria, pela Constituição do Império, evidentemente, a ascensão e o reinado de D. Isabel ou, no caso de abdicação, de seu filho mais velho e jamais de D. Pedro Augusto, tudo isso talvez provoque desinformação no leitor desatento, ou superficial.

Temos ainda de apontar, forçosamente, o desleixo com que a Editora Objetiva tratou a tábua genealógica que ilustra o final do livro. Além de desatualizada, explicava pouquíssimo ou quase nada os personagens citados. A bibliografia também não foi alvo de revisão e saiu com erros.

Mas... o que devemos os historiadores fazer com o livro de Mary Del Priore? Louvar-lhe o método? Não necessariamente. Louvar-lhe a ousadia intelectual e o sucesso editorial? Certamente.

Sobretudo devemos aprender que história não é artigo de luxo e que a transmissão de conhecimento deve ser deleitosa, para além de informativa. Acrescento que também deve ser formativa, pois sou um agente de cultura de cidadania engajado.

Quanto à apreciação de conjunto de *O Príncipe Maldito*, recomendo imensamente a leitura e lanço a homenagem: Viva Mary Del Priore e seu *talent de bien-faire!!!*

## **Bibliografia**

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O ocaso do Império*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.







Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro, no inverno de 2008, pela editora Garamond. A tipologia empregada foi Swift. O papel utilizado para o miolo é pólen soft 80g/m<sup>2</sup>. Impresso no Rio de Janeiro pela Sermograf